

AS CATEGORIAS GÊNERO E RAÇA/ETNIA COMO EVIDÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

Reginaldo GUIRALDELLI*
Helen Barbosa Raiz ENGLER**

- RESUMO: O presente artigo busca de forma sintética trazer algumas discussões acerca da questão étnico-racial e de gênero para o campo do Serviço Social, compreendendo que tal temática ainda é pouco abordada na respectiva profissão e por isso emerge a necessidade da apropriação da mesma, visto que se apresenta como expressões da questão social, ou seja, são elementos constituintes do objeto de intervenção do Serviço Social. Diante disso, torna-se de suma importância o conhecimento das respectivas problemáticas para se buscar a decifração de determinados aspectos do real e assim propor medidas e ações eficazes e efetivas no trato das evidências da questão social.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Raça/etnia; Questão Social.

Introdução

A discussão em voga tem o objetivo de lançar a questão de gênero e raça/etnia na pauta do Serviço Social, entendido como um campo profissional de construção de conhecimentos, visto que a profissão há pouco tem provocado discussões concernentes a tais questões. Um dos grandes avanços conferidos ao Serviço Social nas últimas décadas se circunscreve na reconfiguração de seu direcionamento, pois deixa sua base meramente técnico-operativa para se voltar ao ramo científico, instigando reflexões acerca de assuntos diversificados no que tange ao "social". Assim, passa a contribuir de forma peculiar na construção de novos horizontes que tem como prisma o homem e suas relações sociais.

Não obstante, o Serviço Social é uma profissão que tem como especificidade o trato da "questão social" e atua diretamente com as necessidades humanas de um determinado grupo social, ou seja, os subalternizados e excluídos do conjunto de serviços, bens e riquezas produzidos socialmente. Para tanto, instrumentaliza-se de

* Doutorando em Serviço Social pela UNESP, Franca, SP, Brasil. E-mail: requiraldelli@hotmail.com.

** Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, SP, Brasil. E-mail: helenengler@terra.com.br.

um arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para operacionalizar suas ações e, com isso, dar respostas efetivas às demandas postas no cotidiano profissional. Tais ações são efetuadas via políticas sociais, onde os profissionais do Serviço Social atuam, seja na formulação, implementação, execução, monitoramento ou avaliação das mesmas.

Dentro das especificidades do tema aqui apresentado, prima-se que o Serviço Social possa apreender as singularidades de um determinado segmento populacional que vivencia, no seu cotidiano, as desigualdades sociais de gênero e de raça/etnia e, por isso, encontra-se segregado e marginalizado de diversos espaços sociais, reproduzindo os ciclos de miséria e exclusão. Assim, urge ao Serviço Social buscar por meio de políticas sociais públicas ações que tragam resultados para essa camada pauperizada da população.

Além do mais, respaldados nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, aos assistentes sociais cabe a defesa dos direitos humanos, da equidade, da justiça social, consolidação da cidadania e da democracia, o compromisso com a eliminação de todas as facetas do preconceito e da discriminação, buscando o respeito à diversidade humana, além de uma orientação vinculada a uma nova ordem societária sem opressão e exploração de classe, gênero e etnia. Com isso, consideramos salutar ao Serviço Social a apropriação dessa discussão que se faz presente na pauta do universo acadêmico, político e do tecido social como um todo, pois tal campo tem propostas delineadas de atuação e um projeto profissional.

Não obstante, ao problematizarmos as relações de gênero e étnico-raciais, constatamos que tais aspectos constituem-se numa das expressões da questão social, objeto histórico, *par excellence* de intervenção do Serviço Social.

A questão social, como já tem sido retratada por diversos autores, pode ser entendida conforme ressalta Iamamoto (2003), como o produto das desigualdades do sistema capitalista, visto que nesse ínterim são expressos os antagonismos e contradições de classes sociais. Sua emergência se dá com a entrada em cena dos trabalhadores reivindicando seus direitos. É a questão social a mola propulsora da fundação do Serviço Social, enquanto profissão legítima e inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Diante disso, Iamamoto (2003) afirma que para o profissional que atua

nas manifestações da questão social torna-se crucial conhecer a realidade e a população a quem se destinam os serviços sociais, sejam suas condições materiais ou subjetivas. Outro enfoque abordado por Yamamoto se refere aos eixos centrais que se fazem presentes na questão social dos novos tempos, com ênfase para o avanço do desemprego e o crescimento das relações de trabalho marcadas pela precariedade. Além desses, inúmeros são os determinantes da questão social na atual sociedade, dentre eles as relações de gênero e de raça/etnia, problemáticas que se constituem no epicentro da presente discussão. Para tanto, a autora indaga sobre os desafios postos para os profissionais do Serviço Social no que concerne à tarefa de decifrar esses processos sociais, com vistas a abarcar seus múltiplos elementos, ou seja, sua totalidade.

Assim, concebendo o Serviço Social como uma profissão que atua diretamente nessas expressões da questão social, objetivamos trazer para a pauta desse universo profissional assuntos ainda incipientes no debate acadêmico e da profissão como um todo.

Com isso, ao se discutir gênero e raça/etnia não temos a intenção de dar respostas totalizantes, visto que a realidade é complexa e abrange outros aspectos que nos circundam, permitindo novos olhares e interpretações sobre diversas situações que emergem na vida em sociedade.

Sendo assim,

Quando os conceitos de "raça" e "gênero" são aplicados aos estudos sobre desigualdades socioeconômicas ou pobreza eles têm o efeito virtuoso de revelar aspectos que o conceito de "classe" não poderia explicitar. Eles desvelam certas particularidades na construção social da pobreza que eram antes ignoradas (GUIMARÃES, 2002, p.77).

Ao propormos a discussão nesse estudo de tais categorias, compartilhamos da idéia de Guimarães de que "[...] reduzir a análise de qualquer realidade a um único conceito é sempre simplório" (2002, p. 76).

Contudo, é mister destacar que nos últimos tempos, as categorias sexo e raça saíram do reduto biológico, considerados até

então como elementos “naturais” e passam a ganhar corpo no espaço sócio-cultural diante de manifestações de partidos políticos, universidades, sindicatos, movimentos sociais, sejam eles feministas ou negros, dentre outros. A entrada em cena dessas instituições contribuiu, sobremaneira, para desmistificar concepções sustentadas ao longo do tempo sobre as questões racial e de gênero.

O que vem ocorrendo é o desmembramento em certos estudos das categorias históricas e analíticas de gênero, raça/etnia e classe social, porém tal ação é inviável para se abranger problemáticas dessa ordem. Uma categoria não anula a outra, pois estão imbricadas.

Conforme sustenta Saffioti (1992), não é possível separar sexo de classe ou de raça e tampouco isolar um destes, pois são quesitos que se fundiram historicamente. Assim, afirma que são elementos que precisam ser analisados numa perspectiva de indissociabilidade, tendo em vista a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo.¹

Saffioti assume uma postura que considera “[...] sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (2004, p.108).² Para a autora, o ser humano deve ser visto em sua

¹ Saffioti retrata a gênese do patriarcado entendido como fenômeno social e sustenta em sua obra que nas sociedades primitivas a mulher era a figura central, tida como divindade por gerar a prole e produzir alimento – o leite materno. Porém, com a criação de animais e expansão de propriedades, tornou-se necessário para os homens da época aumentar a quantidade de filhos para auxiliá-los na produção e cultivo da terra, com vistas à acumulação. Além disso, os homens passam a compreender que também são figuras essenciais na reprodução da espécie diante da observação de certos acasalamentos de animais. Com isso, a mulher perde sua posição de figura divina e respeitada e passa a ser dominada e explorada pelos homens (2004, p. 120-121). Além do mais, a autora nos orienta de que o patriarcado como o racismo, são formas históricas existentes para legitimar a discriminação entre os povos em consonância com os propósitos do capitalismo, onde tal simbiose corresponde às relações de dominação e exploração. Tal discussão também pode ser verificada na obra: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. O autor, baseado nos estudos de Bachofen e Morgan, relata o advento do patriarcado com a consolidação da propriedade privada.

² Ainda na concepção de Saffioti, “[...] o gênero – as posições sociais respectivas de mulheres e homens – não é construído sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo; mas, ao contrário, o sexo tornou-se um fato pertinente, e,

totalidade, visto que é uno e ao mesmo tempo múltiplo.

Outro aspecto a ser mencionado ao se discutir gênero e raça/etnia é que além destes se expressarem nas relações sociais como constructos históricos que operam na realidade, também se manifestam nas relações de poder, pois se trata de analisar as diferenças e refletir sobre a questão do outro.

Enquanto relação de poder, a dominação de gênero é tão inexplicável em sua origem biológica quanto a dominação racial. As teorias raciais se preocupam em fundamentá-la a partir da biologia, o mesmo que fizeram aqueles que tentaram construir uma explicação natural para a dominação dos homens na sociedade (SOUZA-LOBO, 1991, p. 188).

Vale destacar que ao discutirmos a problemática étnico-racial e de gênero, entendidas na dinamicidade das relações sociais, estamos perpassando a história das sociedades, das mentalidades e da subjetividade humana.

Não obstante, ao abordarmos as relações de gênero, não estamos nos referindo única e exclusivamente às mulheres, mas nos situando na trama das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino. O gênero atravessa as relações humanas, seja na esfera social, política, econômica, cultural ou mesmo simbólica.

Sob esse aspecto, podemos elucidar que,

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes (SAFFIOTI, 2004, p. 116).

portanto, uma categoria da percepção, a partir da criação da categoria de gênero, isto é, da divisão da humanidade em dois grupos antagonistas, dos quais um oprime o outro, os homens e as mulheres" (SAFFIOTI, 1992, p.90). A nomenclatura gênero surge com efervescência num clima de inquietações e revisão no campo ontológico e epistemológico das Ciências Humanas e Sociais.

Tendo como premissas as diferenças, desigualdades e hierarquias estabelecidas nas relações entre homem e mulher, torna-se elementar fazer algumas considerações sobre o papel ocupado pela mulher na sociedade, pois como afirma Saffioti (1999) é impossível negar que ainda vivemos numa sociedade de orientação patriarcal, não se conhecendo sequer uma sociedade onde se dá primazia às mulheres.³ Sendo assim, o acúmulo de normas, leis e valores transmitidos ao conjunto societário é impregnado de uma ideologia machista, a qual a mulher tem que se submeter, caso não queira transgredir os costumes.

Além do mais, o androcentrismo⁴ se faz presente tanto nas esferas do mundo econômico, político, quanto do científico e do religioso. Tal preceito é tido como prerrogativa que vem se reproduzindo ao longo dos séculos. Nessa ótica, mulheres e homens introjetam e reproduzem a visão androcêntrica, visto que ela é transmitida no processo de socialização e educação dos seres humanos.

As mulheres passam a incorporar comportamentos, valores e regras de conduta essencialmente masculinas, já que nos padrões vigentes essa é a lei geral. Conforme se observa, as mulheres são educadas e adestradas para o espaço privado, ou seja, para exercer as tarefas domésticas como o cuidar dos filhos, do lar, cozinhar, lavar, passar, ser dócil, submissa, terna, cautelosa, prudente, dependente do homem, dentre outras características. Já o homem é educado e adestrado para a esfera pública, ou seja, para ser empreendedor, viril, racional, agressivo, independente e competitivo. Nesses termos, tem-se a construção de estereótipos⁵ da figura

³ Com base em Moreno, "A mitologia ocidental considera a mulher uma propriedade do homem por ter sido ela criada a partir de uma de suas costelas, fazendo proceder também de um mandato divino uma norma de conduta eleita pelo homem" (1999, p. 29).

⁴ "O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, tem em suas mãos os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência" (MORENO, 1999, p. 23).

⁵ "Quando se tem preconceito em relação a determinado grupo de pessoas, costuma-se construir uma imagem negativa sobre esse grupo. Sempre quando

feminina e masculina que se manifestam nas relações humanas e perduram até nossos dias.

Isso é perceptível em diversas esferas da vida, seja de ordem econômica, política, cultural e/ou social. As mulheres ocupam os postos menos qualificados do mercado de trabalho, ainda são predominantes nas universidades nas áreas de humanidades, enquanto os homens prevalecem nas ciências exatas e biológicas, ou seja, as consideradas ciências duras. Além disso, a própria linguagem ensinada no processo de socialização e escolarização das crianças apresenta discriminação ao se referir ao montante dos alunos no masculino, onde as meninas não se reconhecem como envolvidas no discurso e assim perdem sua própria identidade.

Na escola também é apreendido e reproduzido, por meio dos livros didáticos, o modelo paradigmático de humano que se apregoa pela sociedade. Por um longo tempo, o negro foi retratado nos livros sob a chancela do “sujo”, o “ladrão”, o “vagabundo”, o “preguiçoso”, o “carnavalesco”, dentre outros adjetivos. A mulher retratada como a esposa dedicada, dócil, habilidosa, que cuida do lar e dos filhos.

Nesse sentido, o que se nota são inúmeros mecanismos discriminatórios que asseguram ao homem branco a manutenção de sua posição privilegiada no *status quo*.

Vale considerar que a mulher, ao longo do tempo, não se constitui num sujeito passivo e, sendo assim, rebela-se e reivindica sua posição na vida social. Um exemplo claro disso é o próprio movimento feminista da segunda metade do século XX, que denuncia inúmeros aspectos das condições de vida e de trabalho da mulher e seu papel na sociedade.⁶

Atualmente, diante de tais manifestações feministas, verifica-se que a relação social estabelecida entre homem e mulher vem

alguém fala desse grupo de pessoas imediatamente surge na mente do ouvinte imagens negativas. Essa imagem negativa é o estereótipo [...] que funciona quase como um carimbo, a partir do que a pessoa é vista sempre através de uma marca, pouco importando como realmente ela seja” (BENTO, 1999, p. 38).

⁶ “O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas” (ALVES & PITANGUY, 1983, p.74).

sofrendo mudanças, mesmo que pontuais, onde as mulheres vêm ocupando novos espaços e adentrando a cena pública. Isso tem notoriedade quando já se presencia as alterações no próprio conjunto familiar, no mercado de trabalho, nas escolas, universidades, nos movimentos sociais, dentre outros. Tais fatores são elementos recentes e, por isso, polêmicos diante dos questionamentos acerca do funcionamento e superação da raiz patriarcal vigente.

O quadro apresentado explicita uma realidade que deve ser analisada e repensada, pois as transformações estão sendo processadas, porém no que se refere ao conjunto das relações humanas, estas ainda mantêm a estrutura dominante-dominado, opressor-oprimido.

A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam nas e através das relações sociais. Pensar esses agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais (SAFFIOTI, 1992, p. 211).

No que tange à questão étnico-racial, vale considerar que o racismo é resultante de teorias e pensamentos que se reportam à Antiguidade Clássica consubstanciadas pelas idéias platônicas e aristotélicas, sendo apropriadas no decorrer dos séculos por demais pensadores que sustentaram a relação de desigualdade entre brancos e negros, homens e mulheres.⁷

⁷ Na concepção de Aristóteles, com base em princípios naturais, haviam homens que estavam destinados à liberdade e ao comando, enquanto outros estavam designados a serem comandados e escravizados. Platão também ao se remeter aos homens valentes e melhores da época, apregoa que esses teriam acesso a honrarias e recompensas enquanto os demais estariam sempre subjugados às ordens do superior. Passados séculos, em 1859, o biólogo Charles Darwin lança sua obra "A origem das espécies", onde desenvolveu a teoria da seleção natural, baseada em estudos realizados com animais e vegetais, que tinha como discussão a dominação e sobrevivência das espécies mais fortes na natureza. Daí cria-se as espécies fortes e fracas. Logo em seguida, "[...] o francês Joseph-Auguste de

O Brasil, especificamente, vivenciou quase quatro séculos de escravidão negra, onde os escravos vindos da África eram vendidos e tratados como animais. É importante considerar que os escravos não foram totalmente passivos à ordem escravista brasileira e em certos momentos se rebelaram, como pode ser visto na formação dos quilombos.⁸

No que se refere à Lei Áurea de 13 de maio de 1888, vale frisar que a princesa Isabel não assinou um ato de bondade aos povos escravizados e, sim, legitimou o que já se fazia presente no cenário da época, pois grande parte dos escravos já se encontravam libertos ou haviam fugido para comunidades quilombolas. Ou seja, a consolidação da respectiva lei foi apenas um ato burocrático mediante o quadro apresentado e além do mais, o Brasil já vinha sofrendo pressões externas em relação à criação de uma mão-de-obra consumidora dos produtos europeus.

No mais, o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão e com tal medida não promoveu nenhuma política de inserção da população ex-escrava no mercado de trabalho, o que contribuiu para o crescimento do índice de desemprego envolvendo essa camada populacional, um acelerado processo de urbanização dos negros e formas precarizadas de relações de trabalho.

Com o término da escravidão, o Estado brasileiro passa a subvencionar a imigração europeia para o trabalho nas lavouras cafeeiras do país, sob o ideário do branqueamento da população.⁹

Gobineau, o alemão Richard Wagner e o inglês Houston Stewart Chamberlain, utilizaram a teoria da seleção natural, dentre outros argumentos, para tentar explicar a sociedade humana. Eles concluíram então que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos. Os fortes teriam herdado certas características que os tornavam superiores e os autorizavam a comandar e explorar outros povos” (BENTO, 1999, p. 24). Assim, apropria-se das características físicas para classificar os seres humanos, o que deu origem ao conceito de raça.

⁸ Palmares, quilombo existente na Serra da Barriga, em Alagoas, chegou a contar com um número aproximado de 30.000 pessoas, sendo considerado o maior quilombo no Brasil. Dentre os anos em que se manteve atuante, de 1595 a 1695, Palmares consistia numa verdadeira república em solo colonial. Seu líder era Zumbi, que foi assassinado em 20 de novembro de 1695 sob ordens da coroa portuguesa. Palmares era considerada uma fortaleza, onde os homens dessa comunidade se dedicavam à agricultura, num sistema de trabalho de caráter coletivo (BENTO, 1999, p. 72-73).

⁹ Inúmeras foram as teorias constituídas com o findar do século XIX que acreditavam que com a entrada em massa da população europeia no país haveria

O que se observou com o ingresso do imigrante no cenário brasileiro foi sua concentração nos eixos Sul-Sudeste, o que provocou a exclusão da população negra dos postos de trabalho tanto industrial quanto artesanal. O quadro só foi revertido a partir de 1930, quando se encerra a imigração europeia e os negros passam a incorporar alguns postos de trabalho. Porém, outro problema alarmante que desencadeou desse processo e ainda vigora nos dias de hoje é a desigualdade e o preconceito racial em âmbito regional, pois algumas regiões do país passaram por uma fase de modernização drástica, tornando-se desenvolvidas (Sul-Sudeste) em detrimento de algumas que continuaram na situação de subdesenvolvimento (Norte-Nordeste), onde a população negra se encontra em maior escala. Esse acontecimento gerou uma guetização de certas regiões do país.

Para os movimentos negros, o processo abolicionista não significou a integração econômica e social da população negra no sistema capitalista, pelo contrário, propiciou a marginalização desta diante da ausência de emprego e de políticas voltadas à subsistência dos mesmos.

Neste estudo, ao abordarmos a categoria raça/etnia vale considerar que conforme estudos de Guimarães, o conceito de raça é entendido como,

[...] constructos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas

no decorrer do tempo um processo de branqueamento da população de forma que num determinado período se presenciaria a extinção da população negra. Dentre os teóricos que pensaram o Brasil da época temos: Nina Rodrigues, que foi o primeiro brasileiro a estudar os povos africanos, considerando-os inferiores por natureza e desenvolvendo idéias de segregação racial nas leis criminais; Silvio Romero, crítico literário, que acredita ser os negros e os índios seres inferiores e aponta a miscigenação como algo positivo, Oliveira Viana, Joaquim Nabuco, dentre outros (TELLES, 2003). Na concepção de Gilberto Freyre, o povo brasileiro era um povo mestiço onde se imperava relações harmoniosas entre os homens. Para esse pensador só foi possível esse processo de miscigenação devido ao baixo contingente de mulheres brancas em solo brasileiro. Daí, os homens brancos buscavam nas mulheres negras a satisfação de seus instintos sexuais (FREYRE, 1975).

existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (1999, p.64).

Conforme sustenta Guimarães (1999), negar a raça¹⁰ é como negar o racismo como fenômeno social, entranhado nas relações sociais e presente no Brasil e demais âmbitos do mundo. Assim, para ele, o racismo perpassa três eixos:

[...] uma concepção de raças biológicas (racialismo); uma atitude moral em tratar de modo diferente membros de diferentes raças; e uma posição estrutural de desigualdade social entre as raças (1999, p. 62-63).

Sendo assim, podemos identificar que biologicamente existe apenas a raça humana, sem qualquer subdivisão da espécie, porém dentro das ciências sociais ainda se faz necessária a utilização desse conceito, visto que ainda continuamos a subdividir e segregar os seres humanos mediante sua tonalidade de pele, textura do cabelo, dentre outros atributos de ordem física e estética. Negar tal fato seria negar o racismo e os desdobramentos que este tem causado para uma parcela expressiva da população. Aqueles que adotam posturas anti-racistas não crêem na concepção de raça no seu sentido biológico, mas admitem que a raça no seu aspecto social, entendida como construção, permanece e é daí que urge a organização da luta anti-racismo. Para tanto, abordamos a raça nesse ensaio como uma idéia e não como fator biológico, diante de suas raízes no pensamento social que se desmembrou no final do século XIX e ainda se encontra impregnada de uma ideologia que permite hierarquizar determinados grupos sociais.

Em decorrência da necessidade de ainda se utilizar o conceito de raça ante sua eficácia num contexto segregacionista, passamos a empregar a nomenclatura raça/etnia como forma de reconhecimento do racismo e por concebemos a etnia como um conceito habitualmente usado para distinguir uma população ou grupo social oriundos de um ambiente comum e que compartilham

¹⁰ É importante frisar que a concepção de raça advém com o desenvolvimento da ciência moderna ao longo do processo de colonização e da escravização dos povos africanos (GUIMARÃES, 2002, p.55).

histórias, culturas, valores, hábitos e linguagem.

Outrossim, podemos considerar que mesmo não havendo a categoria raça no sentido biológico, com base em critérios científicos e experimentais, esta não pode ser negada na sua existência nominal, diante da sua eficácia no mundo social.

Segundo Telles (2003), a categoria raça não é dotada de fundamentação científica e as concepções populares são permeadas de ambigüidades e, sendo assim, no Brasil e no restante do mundo, o critério de auto-identificação é considerado o mais aceito, não sendo tido como discriminatório, diante da diversidade humana, onde cada indivíduo se reconhece como membro de uma respectiva cultura, com uma identidade e uma trajetória de vida.

Nessa perspectiva, Guimarães nos aponta um dilema: quando poderíamos extinguir o conceito de raça das ciências sociais? Para o autor, tal ato poderia se concretizar no momento em que,

[...] não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da idéia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos (2002, p. 50-51).

Com base nas idéias de cunho racista que ancoram a ciência passou-se a camuflar a problemática racial dos discursos e debates, seja no plano científico, como no político, utilizando para se referir aos negros um eufemismo, a fim de abrandar a conotação da nomenclatura "negro", tida como algo maléfica, associada aos animais, às coisas ruins e sujas. Por isso, nota-se um profundo silêncio no que tange a problemática étnico-racial na contemporaneidade.¹¹

¹¹ Existem três momentos nos estudos sobre relações raciais no Brasil. O primeiro do início do século, tendo como principal expoente Gilberto Freyre, afirmava que os negros eram inferiores biologicamente e daí a justificativa por terem sido escravizados. Num segundo momento, em meados do século XX, alguns estudiosos mais progressistas, entre eles, Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso declaravam que os negros não eram inferiores biologicamente, mas por terem sido escravizados acabaram ficando

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os intelectuais passaram a utilizar nos seus textos científicos o termo “etnia” como estratégia de negação da existência do racismo. Tal política adotada contribuiu para sustentar a ordem vigente mantendo um discurso de que vivíamos num “paraíso racial”,¹² onde os povos se relacionavam de forma harmônica, num ideário de que “todos eram mestiços”, redundando na teorização do hibridismo.

Em sua análise, Bento ressalta que é muito comum as pessoas utilizarem o termo “cor”¹³ para substituir o termo “negro”,¹⁴ como forma de ser gentil e ocultar a cor negra como algo que lhes apresenta de forma negativa. Com isso, o que se tem é uma dissimulação da problemática do racismo, trazendo à baila a

subalternizados e considerados segmentos inferiores. Conforme aceção de Florestan Fernandes, os negros passariam a se integrar de forma tardia na sociedade de classes e a desigualdade racial seria sanada com o desenvolvimento do capitalismo. Já a terceira geração afirma que o quadro de desigualdade do povo negro deve-se à discriminação racial expressa no cotidiano das relações sociais e não apenas pelo fato do negro ter sido escravo e o branco escravizador (BENTO, 1999, p. 70).

¹² É Gilberto Freyre (1975) quem retoma a idéia utópica de paraíso racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma conotação científica. Tal concepção não admite que a raça seja um dos elementos que justifica os problemas sociais.

¹³ Para Telles (2003), a cor no Brasil é utilizada “[...] para expressar uma combinação de características físicas, inclusive a cor da pele, o tipo de cabelo, a forma do nariz e dos lábios, sendo que os traços físicos das categorias não-brancas normalmente possuem conotações negativas. [...] tal como o termo raça, a cor de uma pessoa no Brasil normalmente carrega conotações sobre o valor e o *status* comuns às ideologias raciais em outras partes do mundo” (p. 104).

¹⁴ Durante todo o decorrer do trabalho utilizamos a terminologia “negro” adotada também pelo Movimento Negro Unificado. Conforme o ideário do Movimento Negro, chama-se de “negros” todos os povos com ascendência africana, e não apenas os “pretos”, pois assim é possível a construção de uma identidade racial (GUIMARÃES, 2002, p. 56). Na classificação do Movimento Negro são trabalhados apenas dois termos: negro e branco, que já vêm sendo incorporados pelo mundo acadêmico, pelos meios de comunicação de massa, no âmbito político, porém, ainda são inexpressivos nos discursos populares. No Brasil, não houve ao longo de sua história nenhum controle da ascendência, até mesmo porque o objetivo da elite era de promover o branqueamento por meio da miscigenação e com isso, não desenvolveu nenhum sistema de classificação racial, que por sinal “[...] tornou-se mais complexa, ambígua e mais fluida do que naqueles países com tradição de segregação legal” (TELLES, 2003, p. 104). Para Telles, na atualidade, o termo negro se configura como um símbolo de orgulho e identificação étnica e a classificação racial se baseia predominantemente na aparência, não havendo como nos Estados Unidos um rígido sistema de classificação pautado na ascendência (2003, p. 117).

emergência do movimento negro, exigindo o reconhecimento desse segmento, igualdade nos diversos espaços sociais e políticas específicas para os mesmos.¹⁵

Tendo em vista o quadro apresentado, podemos inferir que,

O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas (GUIMARÃES, 1999, p.57).

Nas palavras de Guimarães (1999), o racismo sempre foi considerado um epifenômeno, dentro de uma ordem societária em que vigorou o mito da “democracia racial”,¹⁶ que emerge no Brasil como um dogma no período da ditadura militar, entre os anos de 1968 e 1978. Tal mecanismo contribuiu para camuflar a realidade da população negra na sociedade brasileira, sem haver

¹⁵ O Movimento Negro contra a discriminação racial surge em 1978, sendo posteriormente transformado em MNU – Movimento Negro Unificado, ganhando êxito na pauta das reivindicações pelo combate às desigualdades raciais e luta pela transformação social e valorização da identidade e cultura negra. Além disso, consegue algumas vitórias no plano político e social: o racismo, que até então era considerado contravenção pela Lei Afonso Arinos de 1951 passa a ser considerado crime inafiançável com a Constituição Federal de 1988 e a Lei n. 7716, sancionada em 1989, define os crimes desencadeados por preconceito de raça/cor. Diante de esforços do próprio MNU, as centrais sindicais passam a incorporar a problemática da desigualdade racial no mercado de trabalho; começa-se a rever nas universidades as produções científicas que contribuíram para sustentar o racismo, dentre outros (BENTO, 1999). Vale salientar que a primeira mobilização coletiva dos negros no Brasil no século XX, se reporta aos anos de 1930 com formação da Frente Negra em São Paulo que tinha como elemento norteador de suas reivindicações a luta contra a segregação territorial e social dos negros, relegando a segundo plano a cultura e a identidade dessa população (GUIMARÃES, 1999, p. 210).

¹⁶ Muitas teorias afirmam que a concepção de “democracia racial” foi cunhada por Gilberto Freyre, mas segundo estudos de Guimarães (2002), o primeiro cientista a introduzir em suas obras sobre relações raciais o conceito de “democracia racial” foi Charles Wagly, na década de 1950 do século XX. Tal expressão tornou-se célebre e sintetizou o pensamento de toda uma geração de cientistas sociais (p.139). De forma simbólica, o mito da “democracia racial” e o ideário de branqueamento que vigoraram no pensamento social em fins do século XIX e no decorrer do século XX contribuíram, em suma, para legitimar a desigualdade racial e promover a “paz social e racial” entre os povos.

implementação de políticas sociais voltadas para esse público, o que redundou no acirramento das desigualdades sociais.

A prática do racismo traz conseqüências aos direitos e oportunidades das camadas atingidas que, como relata Guimarães,

Tais práticas racistas são, sempre, encobertas para aqueles que as perpetuam por uma conjunção entre senso de diferenciação hierárquica e informalidade das relações sociais, o que torna permissíveis diferentes tipos de comportamentos verbais ofensivos e condutas que ameaçam os direitos individuais. Trata-se de um racismo às vezes sem intenção, às vezes “de brincadeira”, mas sempre com conseqüências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos (1999, p. 67).

Mas, o que se observa na contemporaneidade é que algumas medidas e iniciativas já vêm sendo tomadas, como é o caso da implementação de políticas públicas direcionadas aos negros brasileiros.¹⁷ Mas vai surgindo uma série de dilemas e questionamentos em torno dos beneficiários de tais políticas, visto que no Brasil não há nenhum instrumento de classificação racial como se registra nos Estados Unidos, que seguem a linha da ascendência étnica. O Brasil começou, em fins do século XX, a debater a problemática étnico-racial, buscando atuar de forma efetiva em uma das múltiplas expressões da questão social. A classificação racial em nosso país ainda se apresenta inconsistente, onde,

[...] a identificação da raça ou da cor só é feita por muito poucas agências e não consta dos principais documentos fornecidos pelo estado, tais como a cédula de identidade, a carta de habilitação para dirigir, a carteira de trabalho, etc. [...] Raça e cor não são algo objetivo e real, em si mesmas, apenas demarcam situações reais de discriminação (GUIMARÃES, 1999, p. 175).

¹⁷ A primeira discussão sob a iniciativa do governo brasileiro em torno da problemática étnico-racial se deu em julho de 1996 em Brasília, num seminário que tinha como eixo temático: “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos” (GUIMARÃES, 1999, p.149).

A luta no Brasil contra todos os mecanismos e manifestações de cunho discriminatório ganha uma nova dimensão orquestrada pela luta contra as desigualdades de ordem étnico-racial, com vistas a formular políticas voltadas para esses segmentos, com o intuito de reduzir as disparidades existentes no cenário político, econômico, cultural e social envolvendo a população negra.

Com base nas análises de Guimarães (2002), a pobreza no Brasil atinge em maior escala os negros do que os brancos e tal realidade não pode ser explicada única e exclusivamente sob a perspectiva da escravidão, como fator preponderante da posição do negro na atualidade. Tal reflexão seria reducionista, visto que esse quadro envolve a falta de oportunidades nos diversos espaços sociais para os negros, o que gera desvantagens diante de um contexto preconizado pela competição, além do preconceito e da discriminação que atinge essa parcela da população e na lógica de Guimarães, “[...] estamos inegavelmente diante de uma sociedade em que os privilégios estão bem estruturados e sedimentados entre grupos raciais e de gênero” (2002, p. 72).

No mais, é imprescindível demonstrar que mesmo diante de tal realidade, a população negra e o segmento feminino estão conquistando espaços na cena pública e exigindo seus direitos de cidadania e seu reconhecimento enquanto sujeitos partícipes do processo produtivo e reprodutivo da vida social.

Isso se faz presente principalmente com o processo de redemocratização do país, iniciado no final dos anos 1970 e atuante até o ano de 1985, com a queda do regime militar.¹⁸

¹⁸ Na década de 1970 do século XX emergem os movimentos feminista e negro, com o protagonismo de mulheres e negros exigindo reconhecimento e direitos de cidadania, protestando o quadro marcado pela desigualdade de gênero e raça/etnia da época. No ano de 1988 é criada a Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura; nesse mesmo ano funda-se o Geledés – Instituto da Mulher Negra; em 1989, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – o CEAP; em 1990, o CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade; em 1993 inaugura-se a Organização de Mulheres Negras – o Fala Preta!, dentre inúmeras ONG's que foram surgindo ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI que atuam diretamente com a população negra e com mulheres, envolvendo questões como educação, saúde, violência, trabalho, direitos humanos, etc. Outro marco se deu no dia 20 de novembro de 1995, onde milhares de pessoas, tanto líderes sindicais como ativistas do Movimento Negro marcharam em Brasília em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares buscando junto ao Presidente da República da época,

Portanto, tendo em vista a produção e reprodução de mecanismos ideológicos que legitimam o sistema atual, resguardados pelo patriarcalismo e pelo racismo, onde se impera um protótipo de ser humano, ou seja, o homem, macho, branco, heterossexual e rico, verificamos que a história que temos é a história dos grupos dominantes, ou seja, dos homens que escrevem sobre os homens, dos grandes feitos, dos grandes heróis, mantendo em silêncio o contingente de negros e mulheres, tidos como coadjuvantes do devir histórico. Constatamos assim que a mulher e o negro não têm história. A história da humanidade é exclusivamente masculina e branca. Por isso, devemos reescrever a história sob um outro horizonte.

Se retratarmos a história da mulher negra o fosso ainda é mais profundo, diante de sua dupla discriminação – *ser mulher* e *ser negra*, ficando estas relegadas aos substratos mais oprimidos da sociedade.

O que temos claramente é que as pessoas nascem seres humanos, porém quem define o significado de *ser negro* e *ser mulher* é a sociedade.

Sendo assim, é possível falar e acreditar numa igualdade de gênero e raça/etnia?

Urge o grande desafio de trabalhar com a alteridade na perspectiva de respeito à diversidade humana.

Ademais, no que tange a presente discussão sob a ótica do Serviço Social, cabe considerar que tal profissão, resultante do trabalho coletivo que atua diretamente com as interfaces da questão social, busca o conhecimento no campo das Ciências Sociais, com vistas a diagnosticar uma determinada realidade e

Fernando Henrique Cardoso, a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, voltado ao direcionamento de políticas públicas para a população negra. No ano de 2001, foi realizada em Durban a Conferência Mundial sobre o Racismo que “[...] visava rever os progressos alcançados no combate ao racismo desde a adoção da Declaração dos Direitos Humanos em 1948, que por sua vez foi estimulada pela questão racial e inspirada pelas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Também tinha como objetivo a formulação de medidas de combate ao racismo em nível nacional, regional e internacional, assim como aumentar a conscientização sobre o racismo” (TELLES, 2003, p. 87). Após o ingresso de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República em 2003 é criada a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, sendo esta entendida como mais uma das conquistas dos ativistas negros na busca por seus direitos.

assim buscar ações efetivas no trato de questões que se referem ao "social".

Com isso, o Serviço Social pode buscar conhecimentos na respectiva área com o intuito de implementar políticas sociais públicas, eficientes e eficazes, tendo como público alvo homens, mulheres, brancos e negros.

O assistente social como um formulador, implementador e executor destas políticas, poderia pensar a questão de gênero em conjunto com a questão étnico-racial, entendidas como manifestações da questão social e como partes constituintes de uma totalidade a ser decifrada. Todavia, além da problematização, reconhecimento e desmistificação da questão social aqui evidenciada, o grande impasse está em lançar propostas de enfrentamento da mesma.

Para isso, torna-se crucial a implementação de políticas que deveriam ter cunho universalista e estarem voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais de gênero e raça/etnia. Diante do quadro de desigualdades sociais no Brasil, o investimento em políticas universais voltadas à empregabilidade, educação, habitação, saúde, saneamento básico, entre outras, contemplaria em maior escala os negros, visto que historicamente este segmento representa a parcela mais atingida da sociedade frente aos mecanismos discriminatórios. Com isso, a necessidade é de se propor políticas públicas de inclusão social e de igualdade racial e de gênero.

O intuito de políticas públicas universalistas é fazer com que a cidadania deixe de ser um mero simulacro e ganhe forma e legitimidade. Assim, eis o desafio para os profissionais da área do Serviço Social no que tange ao conhecimento dessa realidade, para posteriormente formular políticas direcionadas a esse público.

GUIRALDELLI, R.; ENGLER, H. B. R. The Categories Gender and Race/Ethny as evidences of the Social Subject: a Reflection in the extent of the Social Service. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 17, n. 1, p. 261-282, 2008.

- *ABSTRACT: The present article attempts in a synthetic way to bring some discussions concerning the gender ethnic-racial subject for the field of the Social Service, understanding that such theme is still little approached in the respective profession and for that the need of the appropriation of it emerges, because it comes as expressions of the social subject, in other words, they are constituent elements of the object of intervention of the Social Service. Thus, it becomes very*

important the knowledge of the respective problems to look for the understanding of certain aspects of the real life and, this way, to propose effective measures and actions in the treatment of the evidences of the social subject.

- **KEYWORDS:** *Gender; Race/Ethny; Social Subject.*

Referências

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos).

BENTO, M. A. S. *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*. São Paulo: Ática, 1999.

BENTO, M. A. S. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, 34. ed. 2000, p. 295-307.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 17.ed. Rio de Janeiro, 1975.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. 34. ed., 2002.

_____. *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2004.

_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e*

realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. de O. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 183-215. (Fundação Carlos Chagas).

_____. O Estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 142-163.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TELLES, E. E. Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.19, p. 61-80, 1990.

_____. Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 21-51, 1994.

_____. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1995.

Artigo recebido em 02/2008. Aprovado em 06/2008.